



Ministério Público Estadual



MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
EDUARDO TAVARES MENDES
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA SUBSTITUTO
SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ
CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA
OUVIDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
LUCIANO CHAGAS DA SILVA

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA
EDUARDO TAVARES MENDES - Presidente
ANTÔNIO ARECIPPO DE BARROS TEIXEIRA NETO
FÁBIO ROCHA CABRAL DE VASCONCELLOS
LUCIANO CHAGAS DA SILVA
LUIZ BARBOSA CARNAÚBA
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ
SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ
WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO
ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA
DILMAR LOPES CAMERINO
DENNIS LIMA CALHEIROS
VICENTE FELIX CORREIA
ARTUR DE PEREIRA MONTE
JOSÉ ARTUR MELO
MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
AFRÂNIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO
EDUARDO TAVARES MENDES - Presidente
ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA
MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ
SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ
LUCIANO CHAGAS DA SILVA
AFRÂNIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SECRETÁRIO DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA
ANTÔNIO JORGE SODRÉ VALENTE DE SOUZA
SECRETÁRIO DO CONSELHO SUPERIOR
SIDRACK JOSÉ DO NASCIMENTO
DIRETOR DO 1º CAO
LUIZ DE A. MEDEIROS FILHO
DIRETOR DO 2º CAO
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ
DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO
SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ
CHEFE DE GABINETE
FERNANDO AUGUSTO DE ARAÚJO JORGE
DIRETOR GERAL
JOSÉ MAURÍCIO LAURINDO MAUX LESSA
DIRETOR DE APOIO ADMINISTRATIVO
IVAN DE HOLANDA MONTENEGRO
DIRETORA DE PROGRAMAÇÃO E ORÇAMENTO
JANILLE MENDONÇA SETTON MASCARENHAS
DIRETOR DE CONTABILIDADE E FINANÇAS
CARLOS EDUARDO AVILA CABRAL
DIRETOR DE PESSOAL
DILMA ALVES DE QUEIROZ
DIRETOR DO CENTRO DE GERENCIAMENTO DE INFORMÁTICA
ROBERTO FELIPE DE ALMEIDA COIMBRA
CONSULTORA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA
ELENISE DAUDT TENÓRIO DE SOUZA
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
ALEXANDRE HENRIQUE DA SILVA LINO

Procuradoria-Geral de JUSTIÇA

DIRETORIA GERAL

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. EDUARDO TAVARES MENDES, DESPACHOU, NESTA DATA, OS SEGUINTE PROCESSOS:

Proc: 1.555/07.
Interessado: Flávio Flaubert Pimentel Torres.
Assunto: Requerendo providências.
Despacho: À Assessoria Técnica para análise e parecer.
Proc: 3.255/10
Interessado: Dr. Bolívar Cruz Ferro, Promotor de Justiça.
Assunto: Requerendo providências.
Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo - pedido de percepção de valores retroativos correspondentes à diária e verba de acumulação para membro do Ministério Público. Informação da Diretoria de Pessoal sobre a concessão de acumulação devida, consoante o Ato nº 03/2007 e 07/2010. Pedido prejudicado de diárias por acumulação do período de junho de 2009 a setembro de 2010, face o procedimento administrativo nº 1.533, informado pela Corregedoria Geral do Ministério Público. Pelo arquivamento".
Processos números PGJ - 81/2011 e 87/2011
Interessado: Conselheiro Luiz Eustáquio Tolêdo
Assunto: Pedido Providências

DESPACHO
1. Revendo o despacho de fls. 168, exarado nos autos do Processo nº PGJ 87/2011, chamo o feito à ordem para determinar que seja comunicado ao Interessado que em face do ato de nomeação dos classificados para exercer o cargo de Procurador do Ministério Público Especial, com atribuições perante o Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, publicado no Diário Oficial do Estado, edição de 16 de fevereiro de 2011, restou prejudicado o pleito do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas.
2. Publique-se.
3. Cumpra-se.
4. Após o cumprimento deste despacho, arquite-se.
Proc: 290/11
Interessado: Diretoria de Apoio Administrativo.
Assunto: Requerendo autorização.

Despacho: Acato o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo - Curso de capacitação de pregoeiro par 05 (cinco) servidores da Procuradoria-Geral de Justiça. Justificada a conveniência e a oportunidade da contratação. Hipótese de aplicação do art. 24, inciso II da Lei 8.666/93 e suas alterações. Alteração da data e inclusão do módulo de Registro de Preço. Possibilidade de contratação direta junto a empresa Academia de Licitações e Cursos e Assessoria Ltda-ME. Pelo deferimento".
Proc: 591/11
Interessado: Dr. Maurício Amaral Wanderley, Promotor de Justiça.
Assunto: Requerendo diárias para servidor.
Despacho: Defere-se à vista da informação da DCF anexa. Lavre-se a portaria respectiva, em seguida, arquite-se.
Proc: 858/11
Interessado: Dr. Maurício Amaral Wanderley, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerendo diárias.
Despacho: Defere-se à vista da informação da DCF anexa. Lavre-se a portaria respectiva, em seguida, arquite-se.
Proc: 932/11.
Interessado: Diretoria de Apoio Administrativo.
Assunto: Requerendo autorização.
Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo - Pagamento da Guia de Recolhimento- DETRAN/AL. Licenciamento de 06 (seis)

veículos pertencentes à frota do Órgão Ministerial. Aplicação do art. 25, caput da Lei nº 8.666/93. Inexigibilidade de licitação. Pelo deferimento e envio de cópia do procedimento ao Diretor Administrativo/Setor de Transporte para a notificação do condutor, consoante o art.20 do Ato Normativo nº 02/2011-PGJ."

Proc: 949/11.
Interessado: Oficiais de Transporte da Procuradoria-Geral de Justiça.
Assunto: Requerendo providências.
Despacho: Requerimento já atendido. Arquite-se.
Proc: 957/11.
Interessado: Secretaria Estadual da Assistência e Desenvolvimento Social.
Assunto: Designação de Membros do Ministério Público.
Despacho: Encaminhe-se os presentes autos ao Exmo. Coordenador do 1º CAO - Núcleo da Infância e da Juventude, para análise e manifestação do interesse ministerial acerca do pedido.
Proc: 958/11.
Interessado: Viviane Sandes de Albuquerque, Promotora de Justiça.

Assunto: Requerendo férias.
Despacho: Defere-se à vista da informação anexa. À DP para anotar, em seguida, arquite-se.
Proc: 970/11.
Interessado: Dra. Adriana Accioly de Lima Vilela, Promotora de Justiça.
Assunto: Requerendo férias.
Despacho: Defere-se à vista da informação anexa. À DP para anotar, em seguida, arquite-se.
Proc: 976/11.
Interessado: Diretoria de Apoio Administrativo.
Assunto: Requerendo autorização.

Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo - Aquisição de pequeno valor. Justificada a necessidade da aquisição. Apresentação de 03 (três) orçamentos. Aplicação do art. 24, inciso II c/c art. 23, inciso I, alínea "a" da Lei nº 8.666/93. Possibilidade de contratação direta, pelo menor preço, apresentado pela empresa CV Serviços Automotivos Ltda. - ME, no valor de R\$ 174,00 (cento e setenta e quatro reais). Existência de disponibilidade orçamentária e financeira. Pelo deferimento".
Proc: 977/11.
Interessado: Justiça itinerante - Poder Judiciário do Estado de Alagoas.

Assunto: Requerendo designação de Promotor de Justiça.
Despacho: Pleito já atendido pela portaria PGJ nº 361/11. Arquite-se.
Proc: 995/11.
Interessado: Dra. Ana Lúcia Ferreira de Araújo Tenório, Promotora de Justiça.
Assunto: Requerendo antecipação de férias e alteração na tabela de férias.
Despacho: Defere-se à vista da informação anexa. À DP para anotar, em seguida, arquite-se.
Proc: 1.013/11.
Interessado: Dra. Neide Maria Camêlo da Silva, Promotora de Justiça.

Assunto: Requerendo diárias.
Despacho: Defere-se à vista da informação da DCF anexa. Lavre-se a portaria respectiva, em seguida, arquite-se.
Proc: 1.033/11.
Interessado: Dra. Salete Adorno Ferreira, Promotora de Justiça.
Assunto: Requerendo diárias.
Despacho: Defere-se à vista da informação da DCF anexa. Lavre-se a portaria respectiva, em seguida, arquite-se.
Proc: 1.035/11.

Interessado: Diretoria de Apoio Administrativo.
Assunto: Requerendo autorização.
Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo - Serviços de pintura, gesso e aquisição de porta para a sala de oficiais de transporte e sala de expedição do Ministério Público do Estado de Alagoas. Apresentação de termo de referência contendo 03

(três) orçamentos de pessoas físicas. Justificada a necessidade da contratação. Aplicação do art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93. Restrições quanto ao limite anual. Possibilidade de contratação direta, junto ao Sr. José Roberto do Nascimento, perfazendo um valor total de R\$ 1.400,00 (hum mil e quatrocentos reais). Existência de disponibilidade orçamentária e financeira para atendimento da despesa. Pelo deferimento".

Proc: 1.036/11.
Interessado: Dr. Aivaldo Batista de Souza Júnior, Promotor de Justiça.
Assunto: Requerendo diárias.
Despacho: Defere-se à vista da informação da DCF anexa. Lavre-se a portaria respectiva, em seguida, arquite-se.
Proc: 1.040/11.
Interessado: Dr. Alberto Tenório Vieira, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerendo diárias.
Despacho: Defere-se à vista da informação da DCF anexa. Lavre-se a portaria respectiva, em seguida, arquite-se.
Proc: 1.050/11.
Interessado: Lidiane Kristhine Rocha Monteiro, Assistente de Promotoria de Justiça.
Assunto: Requerendo antecipação de férias.
Despacho: Defere-se à vista da informação anexa. À DP para anotar, em seguida, arquite-se.
Proc: 1.055/11.
Interessado: Dra. Margarida Maria Couto Monte, Promotora de Justiça.

Assunto: Requerendo diárias.
Despacho: Defere-se à vista da informação da DCF anexa. Lavre-se a portaria respectiva, em seguida, arquite-se.
Proc: 1.069/11.
Interessado: Diretoria de Apoio Administrativo.
Assunto: Requerendo autorização.
Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo - Assinatura anual do "O Jornal" destinada à Assessoria de Comunicação. Aplicação do art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93. Apresentação das certidões de regularidade jurídica e fiscal da empresa. Possibilidade de contratação direta. Existência de disponibilidade orçamentária e financeira. Pelo deferimento".
Proc: 1.081/11.
Interessado: Elisa de Carvalho Salgueiro Silva, Assistente de Promotoria de Justiça.

Assunto: Requerendo férias.
Despacho: Em face da desistência da interessada, manifestada às fls. 04, arquite-se.
Proc: 1.110/11.
Interessado: Dr. Magno Alexandre Ferreira Moura, Promotor de Justiça.
Assunto: Requerendo inscrição.
Despacho: Em face da remessa do Ofício nº 157/2011-GAB/PGJ, resta providenciado o objeto dos presentes autos. Arquite-se.
Proc: 1.111/11.
Interessado: Dr. Magno Alexandre Ferreira Moura, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerendo inscrição.
Despacho: Em face da remessa do Ofício nº 151/2011-GAB/PGJ, resta providenciado o objeto dos presentes autos. Arquite-se.
Proc: 1.120/11.
Interessado: Procuradoria da República em Alagoas.
Assunto: Encaminhando documentos.
Despacho: À douta Assessoria Técnica para se manifestar.
Proc: 1.127/11.
Interessado: Dra. Gilcele Dâmaso de Almeida Lima, Promotora de Justiça.

Assunto: Requerendo autorização para residir fora da Comarca.
Despacho: À Corregedoria-Geral do Ministério Público.
Proc: 1.141/11
Interessado: Antônio Walter Torres Costa, Assistente de Promotoria de Justiça.
Assunto: Requerendo exoneração.
Despacho: Defiro. Lavre-se o ato respectivo. Após, arquite-se.

Proc: 1.142/11
Interessado: Antônio Walter Torres Costa, Assistente de Promotoria de Justiça.
Assunto: Requerendo certidão.
Despacho: Deferir-se. À DP para as providências cabíveis, em seguida, arquivar-se.
Proc: 1.147/11.
Interessado: Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de Defesa do Meio Ambiente.
Assunto: Requerendo publicação no Diário Oficial.
Despacho: Defiro. À DG para as providências cabíveis. Após, arquivar-se.
Proc: 1.151/11.
Interessado: Promotoria de Justiça de Novo Lino.
Assunto: Requerendo designação de Promotor de Justiça.
Despacho: Ao Assessor Especial, Dr. Luiz Vasconcelos, para análise e parecer.
Proc: 1.152/11.
Interessado: 2ª Promotoria de Justiça de União dos Palmares.
Assunto: Requerendo designação de Promotor de Justiça.
Despacho: Ao Assessor Luiz Vasconcelos para análise.
Processo nº 0011737-98.2002.8.02.0001.
Interessado: 5ª Vara Criminal da Capital.
Assunto: Designação de Membro do MP para atuar nos autos do Proc. nº 0011737-98.2002.8.02.0001.
Despacho: Acatando parecer da Assessoria Técnica às fls. 235 usque 237, encaminhe-se os autos do Proc. nº 0011737-98.2002.8.02.0001, ao Dr. Mario Augusto Soares Martins, titular do 2º Cargo da Promotoria de Justiça Coletiva Criminal, para análise a adoção das providências atinentes à norma contidas no art. 28 do Código de Processo Penal.
Processo nº 001.10.054034-2.
Interessado: 7ª Vara Especial Criminal da Capital.
Assunto: Designação dos autos do Proc. nº 001.10.054034-2, ao Procurador-Geral de Justiça, para análise dos mesmos sob a égide do art. 28 do CPP.
Despacho: Designo a Dra. Marília Cerqueira Lima, titular da 1ª Promotoria de Justiça Especializada Criminal da Capital, para as providências pertinentes com fulcro no art. 28 do CPP.
O CHEFE DE GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, DR. FERNANDO AUGUSTO DE ARAÚJO JORGE, DESPACHOU, NESTA DATA, POR DELEGAÇÃO, OS SEGUINTE PROCESSOS:
Proc: 1.136/11.
Interessado: Procuradoria da República em Alagoas.
Assunto: Encaminhando documentos (PI nº 1.11.000.001534/2010-02).
Despacho: Remetam-se os autos à Promotoria de Justiça Coletiva Criminal de Atribuição Não Privativa.
Proc: 1.159/11.
Interessado: Procuradoria da República em Alagoas.
Assunto: Encaminhando documentos (Proc. 1.11.000.001072/2010-15).
Despacho: Encaminhe-se à 7ª promotoria de Justiça Especial Civil e Criminal da Capital, para os fins de direito.
Proc: 1.162/11.
Interessado: Ministério Público do Estado do Pará.
Assunto: Encaminhando documentos.
Despacho: Encaminhem-se à Promotoria de Justiça Única de Cumprimento de Requisitos e Atos Processuais.
Proc: 1.163/11.
Interessado: Comissão de Direitos Humanos da OAB/AL.
Assunto: Encaminhando documentos.
Despacho: Encaminhe-se ao Setor de Protocolo para informar.
Diretoria Geral da Procuradoria Geral de Justiça, em Maceió, 11 de abril de 2011.

Carlos Henrique Cavalcanti Lima
Oficial de Ministério Público/Diretoria Geral

ATO DE EXONERAÇÃO 33/11

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais, especialmente as que lhe são conferidas pelo inciso VII do art. 9º da Lei Complementar Estadual nº 15, de 22 de novembro de 1996, resolve exonerar, a pedido, ANTONIO WALTER TORRES COSTA, Assistente de Promotoria de Justiça, Símbolo AE-109 - PGJ, do Quadro de Serviços Auxiliares de Apoio Técnico e Administrativo do Ministério Público.
Procuradoria-Geral de Justiça, em Maceió, 11 de abril de 2011.

EDUARDO TAVARES MENDES
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 403 DE 11 DE ABRIL DE 2011

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, usando de suas atribuições legais e na forma do inciso V, do artigo 9º da Lei Complementar 15/96 e em face do disposto no art. 15 do Ato Normativo nº 01 de 04 de janeiro de 2007:
Resolve HOMOLOGAR o resultado da avaliação de Desempenho no Estágio Probatório, do servidor RUBENÍCIO IZIDRO DA SILVA JÚNIOR, Matrícula - 0825361-7, Código

do Cargo - AE102, Cargo - Auxiliar de Apoio Administrativo Data da Admissão - 06/08/2008, Avaliação 1 - 700 pontos, Avaliação 2 - 700 pontos, Avaliação 3 - 700 pontos, Média Final - 700 pontos, consoante o parecer da Comissão de Estágio Probatório instituída pela portaria PGJ nº 125/09.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

EDUARDO TAVARES MENDES
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 404 DE 11 DE ABRIL DE 2011

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, usando de suas atribuições legais e na forma do inciso V, do artigo 9º da Lei Complementar 15/96 e em face do disposto no art. 15 do Ato Normativo nº 01 de 04 de janeiro de 2007:
Resolve HOMOLOGAR o resultado da avaliação de Desempenho no Estágio Probatório, da servidora ANDRÉIA CANSANÇÃO DE SIQUEIRA, Matrícula - 825359-5, Código do Cargo -SAE109, Cargo - Assistente de Promotoria Data da Admissão - 10/07/2008, Avaliação 1 - 700 pontos, Avaliação 2 - 700 pontos, Avaliação 3 - 690 pontos, Média Final - 696,6 pontos, consoante o parecer da Comissão de Estágio Probatório instituída pela portaria PGJ nº 125/09.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

EDUARDO TAVARES MENDES
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 405 DE 11 DE ABRIL DE 2011

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, usando de suas atribuições legais e na forma do artigo 59, inciso V da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, resolve conceder em favor da Dra. MARGARIDA MARIA COUTO MONTE, 6ª Promotora de Justiça de Família da Capital, de 3ª entrância, 04 (quatro) meias diárias, no valor unitário de R\$ 165,00 (cento e sessenta e cinco reais), perfazendo um total de R\$ 660,00 (seiscentos e sessenta reais), em face da despesa com seu deslocamento à Promotoria de Justiça de Maribondo, de 1ª entrância, nos dias 01, 15, 21 e 29 de março do corrente ano, correndo a despesa por conta da verba 030004, categoria econômica 339014 do orçamento vigente.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

EDUARDO TAVARES MENDES
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 406 DE 11 DE ABRIL DE 2011

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, usando de suas atribuições legais e na forma do artigo 59, inciso V da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, resolve conceder em favor do Dr. ALBERTO TENÓRIO VIEIRA, 1º Promotor de Justiça de Arapiraca, de 3ª entrância 05 (cinco) meias diárias, no valor unitário de R\$ 165,00 (cento e sessenta e cinco reais), perfazendo um total de R\$ 825,00 (oitocentos e vinte e cinco reais), em face da despesa com seu deslocamento à Promotoria de Justiça de Igreja Nova, de 1ª entrância, nos dias 02, 10, 16, 23 e 30 de março do corrente ano, correndo a despesa por conta da verba 030004, categoria econômica 339014 do orçamento vigente.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

EDUARDO TAVARES MENDES
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 407 DE 11 DE ABRIL DE 2011

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, usando de suas atribuições legais e na forma do artigo 59, inciso V da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, resolve conceder em favor da Dra. NEIDE MARIA CAMELO DA SILVA, Promotora de Justiça titular do 2º Cargo da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor, de 3ª entrância, 05 (cinco) meias diárias, no valor unitário de R\$ 165,00 (cento e sessenta e cinco reais), perfazendo um total de R\$ 825,00 (oitocentos e vinte e cinco reais), em face da despesa com seu deslocamento à 2ª Promotoria de Justiça de União dos Palmares, de 2ª entrância, nos dias 02, 03, 09, 10 e 16 de fevereiro do corrente ano, correndo a despesa por conta da verba 030004, categoria econômica 339014 do orçamento vigente.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

EDUARDO TAVARES MENDES
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 408 DE 11 DE ABRIL DE 2011

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, usando de suas atribuições legais e na forma do artigo 59, inciso V da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, resolve conceder em favor do Dr. ADIVALDO BATISTA DE SOUZA JÚNIOR, 6º Promotor de Justiça de Arapiraca, de 3ª entrância, 05 (cinco) meias diárias, no valor unitário de R\$ 165,00 (cento e sessenta e cinco reais), perfazendo um total de R\$ 825,00 (oitocentos e vinte e cinco reais), em face da despesa com seu deslocamento à Promotoria de Justiça de Traipu, de 1ª entrância, nos dias 02, 09, 16, 23, e 30 de março do corrente ano, correndo a despesa por conta da verba 030004, categoria econômica 339014 do orçamento vigente.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

EDUARDO TAVARES MENDES
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 409 DE 11 DE ABRIL DE 2011

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, usando de suas atribuições legais e na forma do artigo 59, inciso V da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, resolve conceder em favor da Dra. SALETE ADORNO FERREIRA, Promotora de Justiça de Pão de Açúcar, de 2ª entrância, 05 (cinco) meias diárias, no valor unitário de R\$ 148,50 (cento e quarenta e oito reais e cinquenta centavos), perfazendo um total de R\$ 742,50 (setecentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos), em face da despesa com seu deslocamento à Promotoria de Justiça de Colônia Leopoldina, de 1ª entrância, nos dias 02, 11, 15, 21 e 29 de março do corrente ano, correndo a despesa por conta da verba 030004, categoria econômica 339014 do orçamento vigente.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

EDUARDO TAVARES MENDES
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 410 DE 11 DE ABRIL DE 2011

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, usando de suas atribuições legais e na forma do artigo 59, inciso V da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, resolve conceder em favor de JOSÉ AILTON DA SILVA JÚNIOR, Auxiliar de Apoio Administrativo desta Procuradoria-Geral de Justiça, 04 (quatro) meias diárias, no valor unitário de R\$ 30,00 (trinta reais), perfazendo um total de R\$ 120,00 (cento e vinte reais), em face da despesa com seu deslocamento à cidade de Anadia, nos dias 10, 17, 24 e 31 de janeiro do corrente ano, a serviço da Promotoria de Justiça de Anadia, de 1ª entrância, correndo a despesa por conta da verba 030004, categoria econômica 339014 do orçamento vigente.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

EDUARDO TAVARES MENDES
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 411 DE 11 DE ABRIL DE 2011

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, usando de suas atribuições legais e na forma do artigo 59, inciso V da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, resolve conceder em favor do Dr. MAURÍCIO AMARAL WANDERLEY, 2º Promotor de Justiça de Palmeira dos Índios, de 2ª entrância, 05 (cinco) meias diárias, no valor unitário de R\$ 148,50 (Cento e quarenta e oito reais e cinquenta centavos), perfazendo um total de R\$ 742,50 (setecentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos), em face da despesa com seu deslocamento à Promotoria de Justiça de Anadia, de 1ª entrância, nos dias 01, 14, 21, 22 e 28 de fevereiro do corrente ano, correndo a despesa por conta da verba 030004, categoria econômica 339014 do orçamento vigente.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

EDUARDO TAVARES MENDES
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 412 DE 11 DE ABRIL DE 2011

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, usando de suas atribuições legais e na forma do artigo 59, inciso V da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, resolve conceder em favor da Dra. MARLUCE FALCÃO DE OLIVEIRA, Promotora de Justiça Titular do 4º Cargo da Promotoria de Justiça Coletiva Criminal de Atribuição Não Privativa da Capital, de 3ª entrância, 03 (três) diárias, no valor unitário de R\$ 542,65 (quinhentos e quarenta e dois reais e sessenta e cinco centavos), perfazendo um total de R\$ 1.627,95 (hum mil seiscientos e vinte e sete reais e noventa e cinco centavos), em face da despesa com seu deslocamento à cidade de João Pessoa-PB, no período de 13 a 16 de abril do corrente ano, para participar da I Reunião Ordinária do Grupo Nacional

de Direitos Humanos (GNDH/CNPG), correndo a despesa por conta da verba 030004, categoria econômica 339014 do orçamento vigente.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

EDUARDO TAVARES MENDES
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 413 DE 11 DE ABRIL DE 2011

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, usando de suas atribuições legais e na forma do artigo 59, inciso V da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, resolve conceder em favor da Dra. MICHELINE LAURINDO TENÓRIO SILVEIRA DOS ANJOS, Promotora de Justiça Titular do 2º Cargo da Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de Defesa da Saúde, do Idoso e do Deficiente da Capital, de 3ª entrância, 03 (três) diárias, no valor unitário de R\$ 542,65 (quinhentos e quarenta e dois reais e sessenta e cinco centavos), perfazendo um total de R\$ 1.627,95 (hum mil seiscientos e vinte e sete reais e noventa e cinco centavos), em face da despesa com seu deslocamento à cidade de João Pessoa-PB, no período de 13 a 16 de abril do corrente ano, para participar da I Reunião Ordinária do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH/CNPG), correndo a despesa por conta da verba 030004, categoria econômica 339014 do orçamento vigente.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

EDUARDO TAVARES MENDES
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 414 DE 11 DE ABRIL DE 2011

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, usando de suas atribuições legais e na forma do artigo 59, inciso V da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, resolve conceder em favor da Dra. ADRIANA GOMES MOREIRA DOS SANTOS, Promotora de Justiça Titular do 2º Cargo da Promotoria de Justiça Coletiva da Infância e da Juventude, de 3ª entrância, 03 (três) diárias, no valor unitário de R\$ 542,65 (quinhentos e quarenta e dois reais e sessenta e cinco centavos), perfazendo um total de R\$ 1.627,95 (hum mil seiscientos e vinte e sete reais e noventa e cinco centavos), em face da despesa com seu deslocamento à cidade de João Pessoa-PB, no período de 13 a 16 de abril do corrente ano, para participar da I Reunião Ordinária do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH/CNPG), correndo a despesa por conta da verba 030004, categoria econômica 339014 do orçamento vigente.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

EDUARDO TAVARES MENDES
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 415 DE 11 DE ABRIL DE 2011

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais, na forma do inciso V, do artigo 9º da Lei Complementar 15/96, resolve revogar as Portarias PGJ nºs 166 e 435, de 18 de fevereiro e 06 de maio, respectivamente, de 2009.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

EDUARDO TAVARES MENDES
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 416 DE 11 DE ABRIL DE 2011

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais, especialmente as que lhe são conferidas pelo inciso V do art. 9º da Lei Complementar Estadual nº 15, de 22 de novembro de 1996, resolve suspender, por absoluta necessidade de serviço, as férias da Dra. MIRYÁ TAVARES PINTO CARDOSO FERRO, Promotora de Justiça titular do 3º Cargo da Promotoria de Justiça Coletiva Criminal de Atribuição Não Privativa da Capital, de 3ª entrância, referente ao mês de abril, com efeitos retroativos ao dia 01º de abril do corrente ano.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

EDUARDO TAVARES MENDES
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 417 DE 11 DE ABRIL DE 2011

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais, especialmente as que lhe são conferidas pelo inciso V do art. 9º da Lei Complementar Estadual nº 15, de 22 de novembro de 1996, e em função da revogação da portaria PGJ nº 166, de 18 de fevereiro de 2009, resolve designar o Dr. ALBERTO FONSECA, Promotor de Justiça titular do 1º Cargo da Promotoria de Justiça Coletiva do Meio Ambiente, de 3ª

entrância, para funcionar como representante do Ministério Público, no Conselho Estadual de Recursos Hídricos, até ulterior deliberação.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

EDUARDO TAVARES MENDES
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 418 DE 11 DE ABRIL DE 2011

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais, especialmente as que lhe são conferidas pelo inciso V do art. 9º da Lei Complementar Estadual nº 15, de 22 de novembro de 1996, e em função da revogação da portaria PGJ nº 435, de 06 de maio de 2009, resolve designar o Dr. ALBERTO FONSECA, Promotor de Justiça titular do 1º Cargo da Promotoria de Justiça Coletiva do Meio Ambiente, de 3ª entrância, para funcionar como representante do Ministério Público, na Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental de Alagoas, até ulterior deliberação.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

EDUARDO TAVARES MENDES
Procurador-Geral de Justiça

ALAGOAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA GERAL

ATO NORMATIVO DG Nº 05/2011

O Diretor-Geral da Procuradoria Geral de Justiça, no uso de suas atribuições legais, resolve designar o servidor abaixo para serem os gestores dos contratos/convenções respectiva:

ANA CRISTINA FORQUEVITZ FERREIRA, Oficiala de Apoio Administrativo, gestora do Convênio de Cooperação Mútua para promover o desenvolvimento pessoal e profissional de adolescentes - Programa Adolescente Cidadão Aprendiz, firmado entre o Ministério Público do Estado de Alagoas e o Serviço de Promoção e Bem-Estar Comunitário - SOPROBEM.

FABRIZIO MALTA OLIVEIRA, Técnico de Manutenção e Informática, gestor do contrato nº 10/2011, firmado entre o Ministério Público do Estado de Alagoas e a 3 Giga Tecnologia Ltda.

Maceió, 08 de abril de 2011

JOSÉ MAURÍCIO LAURINDO MAUX LESSA
Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça

* - Republicado

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2011

A Pregoeira do Ministério Público Estadual torna público e para conhecimento dos interessados que realizará licitação, sob a modalidade supramencionada, com as seguintes características:

OBJETO: Contratação de empresa para a prestação de serviços de marcenaria, com fabricação e montagem de móveis, conforme projeto de ambientação apresentado no Anexo II e as especificações constantes do Anexo I, partes integrantes do Edital.
TIPO: menor preço do lote.

DATA DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES: 28/04/2011, às 09 horas (horário local).

LOCAL: Edifício-sede do Ministério Público/AL, na Rua Pedro Jorge Melo e Silva, 79, 2º andar, Poço, Maceió/AL, na sala da Comissão Permanente de Licitação.

ESCLARECIMENTO: segundo andar do local acima, na Sala da Comissão Permanente de Licitação, ou pelo fone: (82) 2122-3541, no horário das 08 às 12h de segundas às sextas-feiras.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.mp.al.gov.br.

Maceió, 11 de abril de 2011.

ANDRÉADA SILVEIRA MONTE
Pregoeira

**CORREGEDORIA-GERAL
DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

SECRETARIA-GERAL

AVISO CG-MPE/AL N. 003/2011

O Corregedor-Geral e o Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público do Estado de Alagoas, no uso de suas atribuições legais, e considerando a determinação do Conselho Nacional do Ministério Público contida na alínea "n" (fl. 43) do Relatório Conclusivo da Inspeção realizada no Ministério Público do Estado de Alagoas, no período de 1º a 05 de março de 2010, AVISAM que o prazo para que todos os membros do Ministério Público do Estado de Alagoas informem a esta Corregedoria-Geral se exercem, ou não, atividade de magistério, terminará no dia 19 de abril do corrente ano, conforme estabelecido no ATO CG-MPE/AL.N. 001/2011, de 29 de março de 2011, publicado no DOE do dia 30 de abril de 2011.

Maceió, 11 de abril de 2011

ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA
Corregedor-Geral do MPE/AL

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
Corregedor Geral substituto MPE/AL

Estado de Alagoas
Ministério Público Estadual
Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas

PAUTA DO CPJ
REUNIÃO ORDINÁRIA
ASE REALIZAR EM 13.04.11

Levamos ao conhecimento dos Senhores Procuradores de Justiça que na próxima Sessão do Colégio de Procuradores de Justiça, a se realizar na Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do MPE/AL, localizada no 4º andar do edifício sede, na data de 13 de abril de 2011, quarta-feira, às 15 horas, serão discutidos e deliberados os seguintes pontos:

1º. Apreciação dos Extratos de Atas das Sessões realizadas em 15.12.2010 e 12.01.2011;

2º. Relatório do Procurador de Justiça Antiógenes Marques de Lira sobre o Processo nº PGJ 1759/2010, (minuta já distribuída);

3º. Distribuição dos Processos nº PGJ 1729/2010;

4º. Distribuição dos Processos nº PGJ 52/2009 e 1622/2009;

5º. Minuta do Projeto de Lei que Dispõe sobre a criação da Escola Superior do Ministério Público do Estado de Alagoas e dá outras providências (já distribuída), e

6º. Minuta do Projeto de Lei que cria no âmbito do Ministério Público do Estado de Alagoas a Ouvidoria, a Controladoria Interna, a Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica, a Diretoria de Comunicação Social e Cerimonial e dá outras providências (já distribuída),.

Secretaria do Colégio de Procuradores de Justiça, em Maceió, 11 de abril de 2011.

Antonio Jorge Sodré Valentim de Souza
Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
Promotoria de Justiça de Paripueira

PORTARIA Nº 001/11

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, através da Promotoria de Justiça de Paripueira e do Núcleo de Defesa do Patrimônio Público do 1º CAO, no uso das atribuições e prerrogativas conferidas pelo art. 129, inciso III da Constituição Federal, pelo art. 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93 e pelo art. 6º, inciso I da Lei Complementar Estadual nº 015/96, e com base no procedimento nº PGJ-3043/2010, que traz representação encaminhada pelo Sr. ANTONIO MARCOS RIOS DOS SANTOS, Vereador do Município de Barra de Santo Antônio, dando conta de uma série de irregularidades administrativas ocorridas na gestão da Prefeitura Municipal daquele Município, por sua Prefeita Maria Cícera Mendonça Casado, e nas cópias de documentos por ele apresentados,

RESOLVE

Instaurar INQUÉRITO CIVIL, com fulcro no art. 8º, § 1º da Lei nº 7.347/85 e nos moldes da Resolução nº 23 do CNMP e da Resolução nº 001/10 do CPJ, destinado a co-

lher mais informações acerca das eventuais irregularidades acima mencionadas, apurar novos fatos correlatos e apontar responsabilidades; e para tanto, passa a adotar as seguintes providências:

a) Registro e autuação, no livro de registro desta Promotoria, aberto para tal fim;

b) Remessa de cópia desta Portaria ao Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, para os fins legais pertinentes à matéria;

c) Juntada dos procedimentos nº PGJ-3424/2010 e PGJ-3423/2010 ao presente inquérito, vez que tratam de assuntos correlatos;

d) Expedição de ofícios à Prefeitura Municipal de Barra de Santo Antônio requisitando informações e documentos acerca dos fatos apontados na representação.

e) Expedição de ofício à Procuradoria Regional do Trabalho solicitando informações sobre acordos firmados acerca da admissão de servidores públicos.

Publique-se. Cumpra-se.

Paripueira, em 08 de abril de 2011.

CLÁUDIO PEREIRA PINHEIRO
Promotor de Justiça

JOSÉ CARLOS S. CASTRO
Promotor de Justiça

ESTADO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
PROMOTORIA DE JUSTIÇA COLETIVA ESPECIALIZADA DE DEFESA DO CONSUMIDOR DE MACEIÓ

O Coordenador da Promotoria Coletiva Especializada de Defesa do Consumidor da Capital, Dr. Max Martins de Oliveira e Silva, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a correção permanente nos procedimentos em trâmite nesta Promotoria, despachou os seguintes processos em data de 04 de abril de 2011:

PROCEDIMENTO PROESDEC Nº 054/2011
Interessado: Thayse Heleny da Silva Agostinho
Assunto: Reclamação contra a clinimagem
DESPACHO: "Diante do exposto, a Promotoria Coletiva Especializada de Defesa do Consumidor determina o arquivamento deste procedimento, tendo em vista que o caso em exame trata-se de direito individual. Maceió/AL, 08 de abril de 2011".

PROCEDIMENTO PROESDEC Nº 033/2010
Interessado: Comando do Policiamento da Capital
Assunto: Parada do Orgulho LGBT (Parada Gay)
DESPACHO: "Tendo vista a realização do evento, após a audiência de 11/05/2010, a Promotoria Coletiva Especializada de Defesa do Consumidor determina o arquivamento deste procedimento. Maceió/AL, 08 de abril de 2011".

PROCEDIMENTO PROESDEC Nº 006/2005
Interessado: Carlson Torres Assumpção
Assunto: Falta de saídas de incêndios em estabelecimentos
DESPACHO: "Diante das informações contidas no presente, seja o presente procedimento autuado e registrado em livro próprio. Arquive-se. Maceió/AL, 08 de abril de 2011".

PROCEDIMENTO PROESDEC Nº 031/2011
Interessado: Diva da Silva
Assunto: Reclamação contra a Unimed
DESPACHO: "Diante da Certidão de fls. 12, onde registra-se a solução do problema da consumidora, a Promotoria Coletiva Especializada de Defesa do Consumidor determina o arquivamento deste procedimento. Maceió/AL, 08 de abril de 2011".

PROCEDIMENTO PROESDEC Nº 046/2011
Interessado: Silvio César da Silva Nunes
Assunto: Reclamação contra a Unimed
DESPACHO: "Arquive-se em face da solução da demanda. Maceió/AL, 08 de abril de 2011".

PROCEDIMENTO PROESDEC Nº 011/2011
Interessado: Agripino Marinho Gomes
Assunto: Reclamação contra Hapvida
DESPACHO: "Arquive-se em face da solução da demanda. Maceió/AL, 08 de abril de 2011".

PROCEDIMENTO PROESDEC Nº 042/2011
Interessado: Davi Couto Vieira
Assunto: Reclamação contra o Saúde Excelsior

DESPACHO: "Disponibilize-se cópia dos autos à parte reclamante, com o fito de que este, querendo, proceda a defesa de seus interesses pessoais em juízo. Diante do exposto, a Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de Defesa do Consumidor determina o arquivamento deste procedimento. Maceió/AL, 11 de abril de 2011".

ESTADO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
1º CARGO DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA COLETIVA ESPECIALIZADA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DA CAPITAL
Rua Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, 2º andar, Poço, Maceió-AL, CEP: 57025-400. Fone: (82) 2122-3529 e 2122-3530 Proc. PJCEDMA nº 27/2011.

PORTARIA 1º CPDA Nº 12/2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, através 1º Cargo da Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de Defesa do Meio Ambiente da Capital, em face de representação formulada por Terezinha Guedes de Souza, informando a ocorrência de elevado volume de sons e ruídos oriundos do funcionamento de equipamentos de lavanderia em prédio vizinho da sua residência, localizado à Rua Soldado Eduardo dos Santos, s/nº, Bairro da Jatiúca, nesta capital, sofrendo os moradores com a poluição sonora causada.

CONSIDERANDO que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo, preservá-lo e recuperá-lo para as presentes e futuras gerações;

CONSIDERANDO que a poluição sonora - causada pela emissão de ruídos acima dos padrões estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e pela Norma Brasileira Regulamentar- (NBR) 10.151 - provoca perturbação da saúde mental, afetando o meio ambiente e, conseqüentemente, afetando o direito difuso e coletivo, "à medida em que os níveis excessivos de sons e ruídos causam deterioração na qualidade de vida, na relação entre as pessoas, sobretudo quando acima dos limites suportáveis pelo ouvido humano ou prejudiciais ao repouso noturno e ao sossego público, em especial nos grandes centros urbanos";

CONSIDERANDO a exigência legal de Autorização Ambiental Municipal para as atividades ou empreendimentos efetiva ou potencialmente poluidores ou degradantes do meio ambiente (art. 34 da Lei Municipal nº 4.548, de 21 de novembro de 1996 - Código Municipal de Meio Ambiente de Maceió);

RESOLVE:

com espeque no art. 129, III, da Constituição Federal; art. 6º, I, da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996; art. 2º, II, da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, instaurar o presente

INQUÉRITO CIVIL,

promovendo as diligências necessárias e passando a adotar as seguintes providências:

- 1 - autuação e registro da presente Portaria no Livro de Registro competente;
- 2 - comunicação da instauração do presente inquérito civil, através de ofício, ao Exmo. Sr. Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, ao teor do art. 1º, § 2º, da Resolução nº 01/96, da PGJ, bem assim ao Exmo. Diretor do 1º Centro de Apoio Operacional do Ministério Público;
- 3 - requisição de perícia de constatação de dano ambiental ao Exmo. Sr. Secretário Municipal de Proteção ao Meio Ambiente, com respostas aos quesitos a serem formulados, bem como de informações acerca da adequação do empreendimento com as normas urbanísticas ao Secretário Municipal de Controle e Convívio Urbano;
- 4 - juntada aos autos das peças de informação;
- 5 - designa-se o dia 6 de maio de 2011, às 9:00 horas, para realização de audiência objetivando propor ajuste de conduta às exigências legais, notificando-se SEMPMA, SMCCU, investigada e reclamantes.

Por fim, oficie-se ao Exmo. Procurador-Geral de Justiça, solicitando a publicação da presente Portaria no Diário Oficial do Estado de Alagoas, na forma do art. 7º da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007. Registre-se em livro próprio e cumpra-se. Maceió, 6 de abril de 2011.

ALBERTO FONSECA
Promotor de Justiça
1º Cargo - PJCEDMA